

CADERNOS

EM TEMPO

TEXTOS DE APOIO DA EDIÇÃO Nº 300/301

APRESENTAÇÃO

Esta edição dos Cadernos Em Tempo traz aos seus leitores três textos diversos nas suas temáticas mas unidos em sua preocupação de traçar um diagnóstico crítico de nossa época.

O primeiro é "Neoliberalismo: o que é e para onde leva", de Reginaldo (Régis) Moraes, professor de ciência política da Unicamp, membro do conselho editorial do Em Tempo e autor de Celso Furtado, o subdesenvolvimento e a Cepal (São Paulo: Editora Ática, 1995). O texto analisa as raízes do projeto neoliberal, seus argumentos fundamentais, a aplicação das políticas neoliberais a partir dos anos 80 e suas consequências políticas quando os movimentos operários, socialistas e democráticos não conseguem impedir a ação bárbara do moinho satânico do mercado (Karl Polanyi). A contra-revolução neoliberal "prepara a emergência de um mundo novo bem pouco admirável, somando apatia política, desilusões e desmoralizações ideológicas, insegurança econômica e atomização social. Como, além disso, se trata de uma sociedade que pode "dispensar" da inclusão social – e da própria sobrevivência física – uma parte crescente dos seres humanos, está pronto o caldo de cultura propício às soluções de desespero", destaca Régis.

O segundo artigo é "Modernização: o espírito que tudo nega", de Francisco Louça, economista, ensaísta e porta-voz do Partido Socialista Revolucionário de Portugal. Colaborador frequente do Em Tempo, Francisco é o autor, entre outras obras, de A maldição de midas: a cultura do capitalismo tardio, cujas teses principais ele expõe neste texto. Ele pode aí sistematizar alguns aspectos da sua análise da evolução do capitalismo, que foi tema da entrevista de Francisco Louçã que publicamos no Cadernos Em Tempo anterior.

A entrevista com Michal Löwy, um intelectual socialista que dispensa apresentação aos nossos leitores, trata da situação atual da teoria marxista. Em um diagnóstico da situação política mundial, oito anos depois da queda do muro de Berlim, Michael localiza o desenvolvimento de uma série de movimentos de resistência ao neoliberalismo e aponta como, no campo intelectual, temos um reavivamento do interesse pela obra de Marx. Para Michael, tanto o marxismo analítico como o pensamento de esquerda pós-modernista são expressões do quadro ideológico defensivo dos anos 80, que agora está dando lugar a um fenômeno muito mais positivo, uma leitura de Marx a partir de uma visão anti-determinista. Ele também destaca o papel importante, para a renovação do marxismo, do seu diálogo com o feminismo, a Teologia da Libertação, o movimento anti-racista e a ecologia. Lembremos nossos leitores que os Cadernos Em Tempo publicaram dois artigos de Michael: em sua edição 288, "A dialética marxista do progresso", e na edição 294, "Por um marxismo crítico".

NEOLIBERALISMO: O QUE É E PARA ONDE LEVA

REGINALDO MORAES

Como se sabe, o neoliberalismo tem seu manifesto fundador, publicado em 1944: *O Caminho da Servidão*, de Friedrich von Hayek. Tem ainda sua festa de inauguração – a conferência que dá origem à Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça, em 1947.

O Caminho da Servidão é um livro de combate, provocativamente endereçado "aos socialistas de todos os partidos". Não dirige seu fogo apenas contra os partidários da revolução e da economia globalmente planejada, mas a toda e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas, pretensões de "terceira via", etc. O

momento em que surge o livro é crucial: as eleições estavam próximas na Inglaterra, e o partido trabalhista, alvo visível de Hayek, preparava-se para ganhá-las (e ganhou, em 1945).

O primeiro inimigo é logo identificado pelos neoliberais: é o conjunto institucional composto por Estado-Bem-Estar, planificação, intervenção estatal na economia, tudo isso abençoado teoricamente pela doutrina keynesiana. O outro inimigo é localizado nas modernas corporações – os sindicatos e centrais sindicais. E um demônio adicional aparece no inferno dos neoliberais: os sindicatos haviam sido paulatinamente integrados nesse

conjunto institucional, isto é, nas estruturas políticas do Estado-de-Bem-Estar ou no Estado desenvolvimentista, no caso latino-americano. Assim, segundo os neoliberais, além de sabotar as bases da acumulação privada, através de reivindicações salariais, os sindicatos teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, através da imposição de despesas sociais e investimentos sem perspectiva de retorno.

A partir de tal diagnóstico apocalíptico, a receita salvacionista não poderia ser outra: forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política anti-inflacionária monetarista, doa a quem doer... Reformas de base, só que desta vez "market-oriented-reforms", reformas orientadas para e pelo mercado.

MERCADOS REGULADOS E SUAS CRISES

Examinemos portanto, inicialmente, a fábula através da qual os propagandistas das market-oriented-reforms nos contam a história do mundo – paraíso, queda e redenção dos homens livres em mercados livres.

A crer na história contada pelos liberais, a sanha planificadora do século XX teria feito desandar os virtuosos "ciclos clássicos", supostamente dominantes no século XIX, ciclos econômicos impulsionados pelo empreendimento, pela inovação, pelo investimento. É claro que se começa por esquecer que no Século XIX o "livre mercado" era, na verdade, um mundo imposto e dependente da dominação inglesa. E que seu filho macabro foi uma série de crises de superprodução, disputa de grandes potências na corrida para dominar impérios neocoloniais, guerras continentais e sequências de revoluções.

Marco histórico nessa escalada, a crise de 1929 daria ainda mais autoridade a saídas reguladoras que vinham sendo formuladas por liberais-reformistas, adeptos da regulamentação estatal, desde o início do século. Em pouco tempo, o Estado viu-se em condições e na obrigação de regular o nível da atividade econômica (inclusive o emprego) através de instrumentos como a política monetária, a taxa juros, a despesa pública, manipulando orçamentos de maneira a instituir aquilo que os neoliberais chamam pejorativamente de "modo de crescimento inflacionário". A relativa diminuição do poder monitorador dos financistas, detentores de riqueza líquida, abre uma fresta na qual emergem ou transbordam políticas econômicas nacionalistas e reformistas de vários tipos.

O chamado "consenso keynesiano" do pós-guerra daria às democracias burguesas um caminho para enfrentar os traços mais auto-destrutivos do capitalismo, isto é, sua tendência a crises cíclicas e progressivamente mais amplas, seus efeitos externos indesejados (falhas do mercado) e impasses políticos preocupantes. Não eram apenas social-democratas e trabalhistas que aderiam a tais programas – partidos conservadores, uma vez no governo, também os adotavam com frequência.

Eram esses os fantasmas que os neoliberais pretendiam exorcisar. Durante décadas, seus principais defensores foram vistos como pensadores excêntricos, sobreviventes de um *laissez-faire* paleolítico e sem futuro, apontando, insistentemente, os problemas de longo prazo desse modo de desenvolvimento e regulação do capital. O desemprego – tanto quanto o emprego distorcido – seria, segundo os liberais, um desses males, produto da rigidez econômica e institucional que entrava e confundia os mercados (inclusive o mercado de trabalho). Mas um

outro problema seria mais grave: a explosão dos encargos sociais e da dívida pública (despesa do Estado), que levava à alta de impostos, que por sua vez conduzia à elevação das taxas de juros, a novas dívidas, e assim por diante, um fenômeno do tipo bola de neve. Efeito colateral: mais impostos significam menos motivação para os empreendedores, isto é, aqueles que "proporcionam trabalho aos outros"

A ALTERNATIVA PROGRAMÁTICA NEOLIBERAL

Quais as soluções apontadas pelos neoliberais para esse quadro? O "saneamento", encarnado em medidas como: redução da despesa pública; redefinição (e limitação) das funções do Estado; redução do número de funcionários públicos e para-públicos; revisão dos sistemas previdenciários, bem como de toda a legislação social; desregulamentação e privatizações, submetendo serviços públicos à concorrência; ajuste fiscal. Desse modo, dizem os reformadores liberais, voltariamos aos tais virtuosos "ciclos clássicos", movidos pelo espírito empreendedor e pela inovação.

Tudo isto nos é apresentado não apenas como algo desejável, mas também como algo finalmente acreditável, pela força dos próprios eventos econômicos, impondo-se mesmo com evidência, com a força de um "pensamento único". E por quê? Note-se desde logo que o Estado nacional teria perdido hoje aquelas ferramentas de regulação econômica acima mencionadas, que lhe permitiam impulsionar o tal "modo de crescimento inflacionário".

Com os novos produtos financeiros globalizados, emergiria um novo monitorador das políticas nacionais, isto é, uma nova soberania, que se sobrepõe àquelas soberanias nacionais outrora constituídas por processos eletivos. Lembremos que esses antigos processos são qualificados pelos neoliberais como corrompidos, viciados, demasiadamente submetidos aos impulsos imediatistas e ressentidos das massas votantes, à chantagem do sufrágio universal enfim, sufrágio contra o qual o liberalismo sempre lutou denodadamente em todos os cantos do mundo.

A mundialização financeira, já absolutamente firmada no final dos anos 70, determinaria as chacoalhadas neoliberais dos anos '80. A generalização dos mercados financeiros, nova "ordem espontânea", faz com que os governos nacionais percam grande parte de seu poder, como a liberdade de cunhar moeda. Decreta-se, com festa e regozijo, o "fim da ilusão monetária" e dos projetos de desenvolvimento nacional. Os grandes credores e detentores de liquidez – aquilo que se reverencia misteriosamente como "o mercado"... – têm agora instrumentos para castigar países "abusados" e irresponsáveis, aqueles cujos dirigentes "não fizeram a lição de casa". A nova integração internacional das finanças, recosturada, revigora o poder de pressão dos financistas sobre as políticas econômicas nacionais. Ficam cada vez mais difíceis as políticas nacionais deliberadamente deficitárias, fundadas na capacidade de emitir "moedas políticas", moedas sem lastro, visando garantir metas sociais e políticas como pleno emprego, desenvolvimento nacional, etc.

TERREMOTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Qual o perfil do novo mundo produtivo que se delineia nessas condições? O que desaparece e o que emerge, quan-

to ao mundo do emprego, por exemplo? O caderno de orações de William Bridges (em *Shift on the Jobs*) aponta o caminho das penitências: fim do assalariamento clássico, da lógica do emprego permanente, dos acordos e regulamentos protetores, dos salários calculados automaticamente a partir de convenções coletivas detalhadas. Novas formas de organização do trabalho e da empresa fariam generalizar-se as noções de autonomia, de gestão e contratação flexíveis, de ajustes permanentes na duração e na qualidade do trabalho, de vínculo estrito entre salário e desempenho, de individualização das remunerações, de percursos profissionais não padronizados (os chamados ziguezagues na história de vida profissional). Supostamente, com o desaparecimento da distinção hoje muito nítida entre organização (empregador) e indivíduo (empregado), o novo mundo seria povoado de patrões de si mesmos. Adeus ao proletariado. Grandes empresas produtivas transformar-se-iam em núcleos gestores, em torno dos quais orbitariam “competências externas” de indivíduos e pequenos grupos “parceiros”, terceirizados.

Uma nova ideologia está associada a tais mudanças. Nela, o socorro à miséria absoluta talvez ainda permaneça como valor coletivo. Mas é cada vez mais separada da noção de seguridade, que deve antes ser vista como um fenômeno privado, envolvendo poupança, investimento e capitalização, *previdência* enfim, no sentido estrito do termo. Multiplicar-se-iam as adesões a organizações intermediárias não governamentais, cada vez mais empenhadas na solução privada de problemas – educação, políticas de amparo à pobreza absoluta, habitação, saúde, atividades culturais, etc. – antes submetidos a vetustos organismos políticos regidos por votações (nacionais ou locais). A comunidade solidária, a filantropia e a caridade aparecem como complemento das *oriented-market-reforms*. É certo que tudo isso está nas cartilhas do Banco Mundial e de outros organismos de monitoração externa. Mas pode-se dar um toque progressista à receita, aproveitando o apelo ideológico de uma misteriosa “sociedade civil”, outrora cortejada pela “esquerda light” como virtuosa opositora dos tentáculos autoritários do Estado. Assim, a direita pode roubar a fala e as bandeira da esquerda.

A CRUZADA NEOLIBERAL

Curiosamente, esse pensamento, que no imediato pós-guerra era qualificado como morto, agora consegue pautar até as reuniões de seus opositores, como lembra a avassaladora dominação do pensamento único sobre partidos socialistas e social-democratas (o Partido Socialista-Operário Espanhol, o segundo governo Mitterrand, na França, os trabalhistas da Nova Zelândia).

O avanço neoliberal parece fulminante. Em 1979, Margaret Thatcher conquista a Inglaterra. Em 1980 é a vez de Reagan, nos EUA. Em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha. Para a América Latina as datas seriam outras. Pioneiros foram o Chile de Pinochet (1973) e a Argentina dos generais e do ministro Martinez de Hoz (1976). Outros países seguem choques e reformas similares: Bolívia, em 1985 (receita de Jeffrey Sachs, o mesmo da Polônia e Rússia); México, 1988, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, desta vez com Menem; 1989, Venezuela com Carlos Andrés Pérez; Fujimori, no Peru, em 1990.

A mensagem neoliberal poderia ser sintetizada em duas diretrizes: privatizar e desregular. O Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas

em que indevidamente se metera, e deixar a carga da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer, diminuindo a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados.

O empresariado, os ideólogos liberais e a mídia que lhes faz eco aproveitam todos os temas e oportunidades para apontar a virtude desses remédios: protestos contra as “pressões fiscais” apresentadas como insuportáveis e desestimuladoras, contra políticas redistributivas tidas como paternalistas e desastrosas, a interferência “abusiva” dos poderes públicos nos contratos entre particulares (normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, mensalidades escolares, etc).

Mas essa política é também apontada como algo que interessa profundamente aos trabalhadores. Segundo os liberais, quando o Estado, aparentemente benfeitor, busca proteger o cidadão das desgraças da sorte, acaba na verdade produzindo um inferno de ineficácia e clientelismo, pesadamente pago por esse mesmo cidadão. É também esse o argumento presente nos documentos do Banco Mundial e do BID que analisam as políticas sociais no Terceiro Mundo – adotam essa estratégia persuasiva para mostrar o quanto seriam socialmente progressistas suas propostas de reformas-orientadas-para-o-mercado, e quanto seriam efetivamente conservadoras, corporativas e elitistas as posições “estatistas” em geral.

E, efetivamente, nos últimos tempos, a frente de batalha foi estendida, passando-se a preconizar ou sugerir com mais insistência a privatização *também* das atividades sociais anteriormente apresentadas como beneficiárias do desmonte do Estado-empresário. Agora, educação, saúde e previdência estão sob o fogo cerrado da artilharia “modernizadora” e privatizante.

Com frequência cada vez maior, polemistas neoliberais e ex-esquerdistas recém-convertidos dedicam seus esforços persuasivos à identificação das raízes de nossas desgraças sócio-econômicas. Quais são as políticas erradas que levaram à estagnação econômica, à desigualdade social, ao clientelismo político e à edificação de uma máquina estatal corrupta? E quem foram os responsáveis pela adoção de tais práticas?

As políticas nocivas são claramente identificadas: orçamentos públicos sobrecarregados, folhas de pagamento inchadas, emissões monetárias irresponsáveis, excessiva regulamentação sobre investimentos, recursos injetados em empresas estatais deficitárias e parasitárias, hostilidade irracional frente a investidores estrangeiros. Quem fez isso? Não o livre mercado e seus adeptos, mas uma variante do capitalismo embriagada pelo keynesianismo, pelo nacional-populismo cepalino, devidamente apoiados, é claro, por uma esquerda paleolítica – uma gangue que, aparentemente, teria dominado a cena política durante as décadas que precederam (e provocaram) a chamada década perdida dos anos 80. Se os fatos históricos não são exatamente esses, pior para os fatos. É assim que devem ser *contados* para tornar crível a fábula neoliberal.

Finalmente anuncia-se que chegamos à terra prometida. Finalmente as elites dominantes (incluindo intelectuais convertidos) perceberam a necessidade do programa “Muda Brasil”: cortar drasticamente o gasto público, limitar crédito e financiamento, privatizar estatais, desnacionalizar recursos naturais, romper as barreiras inibidoras para os investimentos estrangeiros e para a

livre transferências de rendimentos do capital (remessa de lucros e outras formas menos convencionais).

Este é cenário que se pretende que aceitemos: uma descreção das desgraças, o indiciamento dos responsáveis e a proposta de soluções. Nesses pontos temos um quadro, sintético evidentemente, do argumento neoliberal.

O ESPAÇO CRÍTICO

E diante desse quadro, quais são os problemas que um pensamento de esquerda criativo deveria enfrentar decididamente?

Um deles é a luta ideológica centrada sobre o suposto primado das tais “forças cegas do mercado”, enaltecidas como geradoras de eficiência, justiça e riqueza. É preciso examinar detidamente esse tipo de argumento, que pretende se cristalizar em senso-comum, conquistando corações e mentes.

O mercado, diz Hayek, não pode ser qualificado como injusto porque não discrimina vencidos e vencedores e age de modo impessoal – seus resultados são em grande medida aleatórios. Diz que os resultados do jogo criam diferenças e desigualdades, mas não podem ser qualificados como injustos se as regras admitidas de partida são justas. Não há, no início das disputas, regras que personalizem e discriminem vencedores e vencidos. Esse astuto argumento parte da premissa de que a própria criação de conjuntos humanos reduzidos à derrota (e mesmo à desaparecimento) é algo que se coloca acima e além da idéia de justiça, desde que não haja discriminação precisa e exata dos atingidos pelo julgamento do mercado: sem intenção não há crime ou mal. Um crítico de Hayek certa vez lembrou que esse argumento, levado às últimas consequências, equivaleria a afirmar que se um motorista sai dirigindo seu carro embriagado e em alta velocidade, atropelando algumas pessoas, não pode ser apropriadamente atingido pelo julgamento da justiça (ao menos por esse crime), já que não tinha a intenção de matar ninguém, nem discriminou, antecipadamente, quem seria atingido pelo seu veículo.... É certo que não podemos identificar integralmente os indivíduos (e em alguns casos nem mesmo os grupos) beneficiados ou prejudicados pelo processo de mercado. Mas podemos prever a criação (e mesmo as dimensões) desses dois grandes e desiguais grupos de seres humanos. Algum julgamento de valor pode ser feito, afinal, se podemos prever que determinados processos econômicos levam a uma sociedade em que enormes contingentes humanos são condenados a condições de vida degradantes. Há nesse argumento de Hayek um problema adicional. Hayek apoia-se nessa afirmação de *imprevisibilidade* dos resultados do mercado para descartar as alegações de injustiça social. Mas ao mesmo tempo necessita admitir a *previsibilidade* desses resultados para afirmar a superioridade dos processos de mercado sobre as economias planificadas ou politicamente reguladas: o mercado seria mais eficiente, mais produtivo e mais justo... ora, como posso emitir tais juízos sem uma aferição de resultados?

MERCADO: NEM EFICIENTE NEM ESPONTÂNEO, MUITO MENOS DEMOCRÁTICO

Vejamos ainda a afirmação da eficiência. O mercado é apresentado pelos neoliberais como juiz supremo da efi-

ciência. Cabe a seus críticos discutir: será que é sempre eficiente aquilo que é gerado pelo mercado? Eficiente para quem? E dentro de qual horizonte de tempo (curto ou longo prazo)? É certo que determinadas atividades podem gerar baixos custos e altos lucros para um empreendedor e preços convidativos para o consumidor – provocando, contudo, altos custos sociais e de longo prazo. Pode ser mais conveniente a curto prazo – para fabricantes e consumidores – o farto uso de embalagens plásticas. Quais as implicações disso para o meio-ambiente e para a saúde, a médio e longo prazo? Quando esses resultados da operação reguladora do mercado aparecerem, os danos já serão irreversíveis. Pode ser mais barato utilizar automóveis particulares para transitar na megalópole, mas os custos da poluição e dos congestionamentos podem inviabilizar a vida humana. Será o mercado um regulador suficiente de tais escolhas? Apesar da aparente obviedade do entusiasmo neoliberal com o livre mercado, a reflexão sobre essas chamadas “externalidades” ainda tem sentido.

E, afinal, a ordem espontânea é mesmo espontânea? A história é necessariamente resultado das ações humanas porém não dos desígnios humanos, como pretende a velha fórmula reverenciada por Hayek e seus seguidores? A ordem institucional construída pela intervenção política delibérrada, nos últimos três séculos, constituiu uma espécie de “desvio” na ordem evolutiva “natural”? Qual o critério para diferenciar evoluções “livres e naturais”, as do mercado, daquelas “forçadas e artificiosas”, as da intervenção estatal?

Outra questão muito importante: sempre foi e cada vez é mais forte, entre os neoliberais, a convicção de que liberdade e democracia são inconciliáveis. Hayek sempre chamou atenção para isso: a democracia ilimitada estimula a sanha das maiorias que não “dão certo” no mercado. Esta sanha se revelaria num assalto ao estado, através do sufrágio, impondo leis sociais e regulamentos que interferem no direito sagrado dos agentes econômicos, o direito de dispor livremente de suas rendas e propriedades, um velho tema de liberais como Benjamin Constant, Burke, Stuart Mill. A escola neoliberal da *Public Choice*, de James Buchanan, faz disso um tema-padrão, aliás: a seu ver, as democracias operam necessariamente no vermelho e levam ao caos (econômico, político e até moral). A orgia fiscal referendada pelo keynesianismo e pelo estado de bem estar social não será restaurada sem um grande corte político – dizem eles. Uma série de restrições drásticas e pétreas têm que ser impostas aos organismos políticos cujos membros são submetidos ao voto. Afinal, deixada a si mesma, a “democracia pode se tornar seu próprio Leviatã”, diz Buchanan. Se preciso for, que se apele para a “exceção”, a política “extra-ordinária”:

“A solução ideal seria o retorno a uma ética de orçamento equilibrado, com a violação dessa ética levando a sanções, tanto internas quanto externas, sobre os malfeitores políticos. Uma vez erodido um padrão ético, contudo, é difícil reabilitá-lo, pelo menos no nível ético. Isto sugere a desejabilidade de impor um limite explícito sobre o processo político que requeira equiparação de gastos com rendas originárias de taxas exceto sob circunstâncias excepcionais. Não há razão para esperar que os políticos venham a impor tal limite sobre si mesmos, ou que isso fosse mantido por muito tempo, mesmo se imposto. Dada a situação fiscal em que agora nos encontramos, significativo limite sobre a política orçamentária terá de ser imposto num nível que transcende a política

ordinária.”

Outra questão: o enxugamento do Estado. Não deixa de ser sintomático o fato de que governos liberais traíam, repetidamente, os programas liberais, puros e duros. Foi assim, por exemplo, com Thatcher e Reagan, que ampliaram os gastos do Estado e a dívida pública. Ou ainda com o estado chileno, que controla rigorosamente os investimentos estrangeiros. A que se devem fatos como esses?

ESTABILIDADE: A EXTRAORDINÁRIA FORÇA DAS APARÊNCIAS

Ainda um questionamento deve ser feito, relativo à geração de riqueza e estabilidade. A revista *Newsweek* – em artigos de meados de setembro, reproduzidos pelo sisudo e conservador *Estado de S. Paulo* (21/9/98) – já apontava contradições dos milagrosos tigres asiáticos, impasses no outrora discurso otimista do FMI, proliferação da pobreza e das tensões sociais onde deveria reinar o paraíso do mercado fluorescente. É cada vez mais visível que a desregulamentação dos mercados financeiros (liberdade para trocas e movimentos de capitais e para a criação de derivativos financeiros) estimulou extraordinariamente, nos anos 80, uma avalanche de investimentos especulativos, muito mais rentáveis do que os investimentos produtivos. São óbvios os impactos disso sobre emprego e renda e, mais ainda, sobre a estabilidade política, social e econômica desses países (e, dadas as dimensões ‘globalizadas’ do mercado financeiro, sobre a estabilidade mundial).

O sucesso político do neoliberalismo tem-se evidenciado no desmanche do Estado-de-Bem-Estar-Social e no brutal enfraquecimento dos sindicatos – pela liberalização legal e policial do mercado de trabalho e pela extensão do desemprego e do emprego precário, desregulamentado, flexível. Sucesso moral e ideológico também é visível. Milton Friedman há algum tempo dizia que era preciso criar um clima de opinião em que o capitalismo e o lucro não fossem vistos como pecados, cometidos com vergonha. O capital parece que perdeu o medo – e a vergonha de ser capital. É preciso levar isso em conta quando escolhemos um critério para medir sucessos e fracassos do neoliberalismo. Devemos pensar no objetivo que ele mesmo definiu para si: a capacidade de impor uma nova correlação de forças na sociedade e na opinião dominante (conquistar hegemonia), mesmo quando e onde se verifica evidente fracasso na realização da prometida recuperação econômica. Trata-se da legitimação de um programa, ou de um “ideal” político, talvez até mais do que uma solução prática para a estagnação econômica, solução esta que poderia ser testada, aí sim, com o uso de indicadores econômicos convencionais. Também deve ser esse um critério orientador para quem pretende combater o neoliberalismo: é nesse terreno que se dará a disputa pelos corações e pelas mentes. E quando se transformam em ação organizada, as idéias alteram, decisivamente, qualquer marcha supostamente inelutável da história (ou o fim de qualquer história).

NEOLIBERALISMO E NEOFASCISMO

Como se vê, o neoliberalismo econômico leva a uma política conservadora. Conduzirá ao renascimento de movimentos de ultradireita, do tipo fascista? É certo que não existe um fosso intransponível entre essas doutrinas

antidemocráticas e os movimentos neofascistas recentes. É certo ainda que namoros e parcerias existiram a todo momento entre eles. Mas é preciso distingui-los para entender os diferentes modos em que operam e os diferentes momentos e conjunturas em que tendem a constituir-se com mais força.

Como se sabe, o ascenso do fascismo é demarcado por uma grave crise das condições de reprodução do capital – e representa uma radical alteração, pela força, dessas condições e dos impasses nelas reinantes. O fascismo germina dentro de uma certa lacuna, aquela em que uma ditadura militar ou de um estado policial revelam-se insuficientes para derrotar a classe trabalhadora, atomizá-la, destruindo suas organizações, desmoralizando-a e condenando-a à resignação e à obediência. Para esse serviço, o fascismo necessita de um movimento de massas, no qual exerce papel decisivo uma pequena burguesia atingida pela crise. Inflação, falências, desemprego, degradação das profissões e dos status sociais conduzem a um desespero de massas e a um movimento frequentemente povoado de reminiscências ideológicas, de rancor, nacionalismo e de uma certa demagogia ... anticapitalista – uma demagogia voltada para formas específicas do capitalismo, em que são satanizados os usurários, os atravessadores, os tubarões, os monopólios, o capital ocioso (mas não o mitológico capital “criador de trabalho e de riqueza”), uma demagogia exacerbada e ao mesmo tempo prudente, já que não se volta contra o próprio instituto da propriedade privada.

O fascismo é assim algo diferente do Estado Forte, aquele em que se tem a redução sistemática de direitos democráticos e sociais – com leis de exceção, medidas de emergência (ou medidas ditas provisórias) anti-greves, com a penalização sindicatos, manipulação da informação, a supremacia do executivo, a legislação por decreto e a suspensão de garantias constitucionais, subtração de decisões econômicas de grande porte ao controle público (seja pela via da privatização, seja pela desregulamentação legal). É certo que a aceitação passiva de tais ataques aos direitos democráticos torna cada vez maiores o apetite e a confiança da classe dominante. Se o movimento operário cede diante de tais ataques, na primeira oportunidade ou no primeiro impasse em que tais retaliações autoritárias se mostrem insuficientes, um aventureiro audaz e inteligente – e nesse momento já com o apoio de um movimento de massas e financiamento do grande capital – tomará o cetro para exterminar de vez a resistência.

FECUNDANDO O OVO DA SERPENTE

Mas há ainda um outro aspecto em que a evolução do “Estado forte” implicado pelas “market orient reforms” de nossos neoliberais pode avizinhar-se do neofascismo – ou talvez seja melhor dizer: pode *nos* avizinhar do fascismo.

As reformas neoliberais geram bases econômicas para a emergência das elites na Nova Direita, mas ao mesmo tempo mexem nas bases políticas do velho conservadorismo, constróem um novo Estado-forte, por definição imune a controle social, e conduzem segmentos cada vez maiores da humanidade a uma situação instável e desesperadora, criando condições propícias ao ascenso de soluções de emergência que de outro modo seriam vistas como inviáveis ou indesejáveis.

A reforma do Estado pregada pelos neoliberais pretende criar uma espécie de Estado gerencial, enxuto, que ao invés de assumir tarefas produtivas e de prestação de

serviços, monta comitês e agências encarregadas de controlar e contratar serviços prestados por empresas privadas, que adquiriram entidades anteriormente estatais. Notemos que as instituições do “Estado Velho” eram, pelo menos em princípio, subordinadas ao controle de organismos políticos eleitos (Congresso, assembleias estaduais, câmaras municipais, etc.). As novas agências controladoras são instituições ultra-poderosas mas imunes a qualquer forma de controle, instituições que tendem cada vez mais a não responder diante de qualquer soberania política. Para quem vive apedrejando o “corporativismo”, é engraçado criar essas novas corporações, que não podem ser legitimadas por instituições democráticas convencionais. E esse é um fator de instabilidade política não desprezível.

Mas há outro fator de instabilidade preocupante. O fundamentalismo de mercado neoliberal firma suas bases de apoio numa aposta perigosa, a aposta de que o mercado não regulado produz crescimento contínuo, amplia as oportunidades econômicas e sociais, assim como as escolhas e acessos ao consumo. Mas o que ocorre diante da possibilidade de uma falha na aposta? A insegurança diante dos riscos e as flutuações econômicas do mercado são seus filhos legítimos e esperados.

A previsível falência da utopia neoliberal deixaria campo para movimentos políticos não apenas não-liberais, mas radicalmente antiliberais. Ainda mais quando níveis de insegurança sem precedentes são impostos a segmentos populacionais massivos, provocando terremotos na sua vida e nas suas expectativas. Lembremos os resultados humanos (ou desumanos) das reformas econômicas e das reestruturações produtivas em andamento em todo o mundo. De modo brutal, eles mostram a parcelas enormes da humanidade que ela são cada vez mais “dispensáveis” – no limite, o mundo econômico pode girar sem grandes problemas apesar da eliminação completa de muita, muita gente. Em certa medida, parece até que giraria melhor sem esses “trastes” incômodos, conforme alerta o pungente livro de Viviane Forrester (*O Horror Econômico*, Editora, Unesp, S. Paulo, 1997).

A BARBÁRIE BATE À PORTA

Durante mais de um século, movimentos operários, socialistas e democráticos haviam imposto ao capital restrições reguladoras que impediram a ação bárbara do moinho satânico do mercado, para usar a expressão celebrizada pelo conhecido livro de Karl Polanyi. São esses “entraves” à suposta ordem natural das coisas que a contra-revolução neoliberal quer eliminar. Ela prepara

a emergência de um mundo novo bem pouco admirável, somando apatia política, desilusões e desmoralizações ideológicas, insegurança econômica e atomização social. Como, além disso, se trata de uma sociedade que pode “dispensar” da inclusão social – e da própria sobrevivência física – uma parte crescente dos seres humanos, está pronto o caldo de cultura propício às soluções de desespero. E como se sabe, desespero e insegurança são péssimos conselheiros.

A política neoliberal não é a da mobilização neofascista, mas pode ser o pavimentador dessa outra via da contra-revolução. Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche de tradições políticas, sociais e culturais que outrora costuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização) – tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais, aquelas que parecem ser o único ponto firme num mundo em que tudo naufraga, grito que *parece* ter espírito num mundo sem espírito. O fascismo é assim, de certo modo, um sintoma de males profundos, mas tem o cuidado de não se apresentar como sintoma, mas, antes, como remédio – amargo, necessário e ... o único que nos sobra.

Ainda uma vez valeria a pena lembrar as profecias macabras de Keynes, antevendo os efeitos nocivos do *laissez-faire* e da paz imposta aos países derrotados na Primeira Guerra Mundial: “nem sempre os homens morrerão em silêncio. Isto porque, se a fome leva alguns à letargia e ao desânimo irremediável, ela conduz outros temperamentos à nervosa instabilidade da histeria e a um louco desespero. Em seu sofrimento, estes podem derubar o que resta de organização, e afogar a civilização em suas desesperadas tentativas de satisfazer as prementes necessidades individuais” (J.M. Keynes. *A Europa depois do Tratado* (1919). In: *Keynes*. São Paulo: Ática, 1978. Coleção Grandes Cientistas Sociais, p. 55).

Keynes alerta para que não se espere até que “os conselhos do desespero e da loucura movam as vítimas da letargia que precede as crises”, uma vez que, nessas circunstâncias, “o homem se abala e afrouxam-se as relações estabelecidas. O poder das idéias torna-se soberano e os homens passam a dar ouvidos a quaisquer promessas transmitidas pelo ar” (Keynes. *Op. cit.* p.68).

As promessas ainda não estão no ar. Mas, se não forem construídas barreiras à barbárie, enquanto ainda é tempo, não faltarão transmissores e antenas, quando as expectativas de escolha, riqueza e consumo do neoliberalismo forem amplamente superadas pelo seus outros filhos legítimos: a insegurança, o risco, a precariedade da vida e a ameaça de morte para amplos segmentos da raça humana.

MODERNIZAÇÃO: O ESPÍRITO QUE NEGA TUDO

FRANCISCO LOUÇÃ

O movimento é espantoso. Dois milhões de anos que assinalam alguma presença da humanidade, cem mil anos de cultura de um Homo Sapiens que sempre se deslocou lentamente ao longo da sua história, para nos últimos trinta mil anos produzir algumas obras simbólicas, nos últimos dez mil provar que os animais podiam ser utilizados e nos últimos seis mil transmitir a sua linguagem através da escrita – e, nos séculos recentes, unificar o mundo num ápice, dissipar as distâncias, tornar a comunicação um poderoso instrumento de dominação. A modernidade é esse turbilhão, esse sentimento do transitório: progresso se tem chamado a esta inovação civilizacional que dinamitava a teologia temerosa e reconfortante.

A modernidade é um mundo, mas é também uma visão do mundo: a que assenta na certeza euclidiana de que o caminho mais curto entre dois pontos é a linha reta, que essa reta está traçada pelo progresso e que este capitalismo é o destino humano. A modernização tem sido a construção dessa linha, acumulando saberes e coisas, alargando o seu horizonte, produzindo o que havia e o que não havia, investigando o microscópio e o invisível, perdendo o medo aos espaços infinitos.

O que emerge desse processo é uma resplandecente certeza. Pela primeira vez, a sociedade propunha-se a gigantesca tarefa de construir o futuro como um simulacro do presente. A intencionalidade, a confiança na técnica, a noção do equilíbrio distinguem a modernidade dos seus antepassados e confirmam o seu triunfo.

CANTO DO INFINITO

A revolução burguesa foi até agora o mais profundo, mais geral e mais bem sucedido movimento social na história da humanidade. Constituiu o Big-Bang – um acontecimento e um processo fundador, que desencadeia um processo – para a mundialização da economia, para uma nova diferenciação social baseada na acumulação privada de bens materiais e imateriais, e para um universalismo uniformizante cuja arrogância não tinha precedente.

Ao contrário de todas as sociedades anteriores, que tinham sido particularistas e locais, mesmo quando acentuadamente centralizadoras e imperiais, o capitalismo visava nada menos do que constituir uma esfera infinita englobando toda a geografia e todas as relações sociais. Numa homenagem do vício à virtude, nada do que era humano ou natural lhe era estranho, e toda a atividade humana lhe devia ser submetida.

Na sua *Questão Judaica*, Marx acentuava esta particularidade da revolução burguesa: ao passo que as anteriores civilizações centralizavam politicamente todos os elementos da sociedade civil, o capitalismo tinha suprimido o carácter político da sociedade civil – ou, nos termos aqui utilizados, tinha distanciado as duas esferas essenciais, a esfera do Estado e das relações de legitimação, a esfera da sociedade e das relações de produção. Essa cisão era essencial para estabelecer a autoridade do mercado e a confiança na sua auto-reprodutibilidade – ou mesmo na sua naturalidade ou essencialidade. Porque assim veio a ser aprendido o novo sistema que, paradoxalmente, tinha come-

çado por se reclamar. A abolição de toda a fundamentação metafísica alheia à livre escolha republicana, para logo reclamar essa nova fundamentação transcendental, a relação mercantil como mãe de todas as coisas. O discurso tardio sobre a eternidade liberal é somente uma interpretação literalmente publicitária do sistema que sempre estruturou a tranquilidade e a capacidade integradora da nossa sociedade.

Na medida em que a sociedade civil se baseasse nos modos de produção e de reprodução, o sistema económico deveria ser considerado constitucional e portanto alheio ao campo específico da atividade do Estado. O modo de legitimação era então o sistema de coerção – exagerado nas sociedades pré-capitalistas em que não existe sociedade civil distinta da política, moderado nos tempos normais das sociedades desenvolvidas.

Mas o capitalismo era mais do que uma vitória desta nova classe: era também um sistema adaptativo, e duas grandes revoluções que eram o seu pressuposto foram ocorrendo silenciosamente. A primeira foi a própria extensão do mercado: a mercantilização de todas as atividades humanas – a generalização do valor-trabalho – supunha uma coerência mutuamente reforçada entre a alienação na produção, com a perda do controle sobre o produto do trabalho de cada um, e a reificação da relação política através da delegação do poder e a respectiva perda de controle sobre a decisão. Ao mesmo tempo, o dinamismo do sistema permite-lhe crescer: assim como a alienação correspondia a transferência do poder por via da delegação incontrolada do seu exercício, à generalização da mercadoria corresponde a extensão do direito de voto. Por isso, mais do que a especulação de Hegel acerca do fim da História, importante foi a definição de Kant: a representatividade aumenta com a distância entre representados e representantes, aqui está o pilar da dominação moderna, quanto mais distantes do poder mais representativo este será. Por outras palavras, o modo de legitimação passou a basear-se cada vez mais no modo de produção, a uniformidade dos comportamentos sociais era considerada o pilar da sociedade, a sua esfera infinita.

A segunda grande revolução, também silenciosa, e que é o objeto deste texto, é uma nova deslocação de centro de gravidade. Se, com a anterior, o modo de legitimação é permanentemente reconstituído pelo sistema de produção, agora o movimento vai ser no sentido contrário: o sistema de legitimação passa a ser uma esfera cada vez mais geral, com a expansão da cultura – simultaneamente nos modos de produção, de reprodução e de legitimação. É essa grande revolução que estamos a atravessar atualmente, que dá forma ao capitalismo quotidiano dos finais do milénio, e que será discutida – é a modernidade, o espírito que nega tudo, que tudo consome, que tudo vence, que vende tudo.

CRESCIMENTO SEM FRONTEIRAS

A expansão da racionalidade instrumental supôs um importante movimento de transformação da sociedade, que deve ser agora visto com mais detalhe. Esse processo permanente do capitalismo é a marca das suas idades, das suas três idades.

Assim, se tomarmos como relógio o modo de produção – a esfera econômica, o arcanjo da sociedade civil, que pela primeira vez se emancipa para dominar a constelação social e que portanto merece a distinção mais do que qualquer outro – a primeira idade devia ser balizada pelo grande movimento econômico que nasce da Revolução industrial, com a generalização da maquinofatura, a expulsão dos trabalhadores dos campos, a construção das redes viárias e ferroviárias, a unificação dos mercados nacionais e a sua extensão.

É a etapa do mercado que se mundializa, o dobrar do século XVI, longo curso até 1789, a Revolução Francesa faz a transição abrupta, antes não se encontrava sequer um vocabulário comum para essa expansão. É o resultado do Renascimento, o tempo das Luzes, uma busca de nova racionalidade que reconstrói os modelos de pensamento e as referências sociais, através de um emaranhado de revoluções em todos os domínios: na política, reconstituindo o pacto de dominação, na sociedade, redefinindo as classes e a sua reprodução, na economia, generalizando o mercado, na ciência, criando novos saberes.

O século XIX é também o tempo da reação romântica à difusão do capitalismo, na esperança de uma redenção com o regresso ao conforto conhecido, à tradição do mundo que estava em vias de desaparecer. Uma sociedade unificada, com uma ideologia organizadora hostil ao valor da mudança, com uma religiosidade generalizada, é defendida pelo romantismo reacionário; outros olharão para o futuro, e inspirarão o desejo do reencantamento utópico – o socialismo idealista mas também alguns dos milenarismos materialistas que se lhe seguirão.

Durante esse percurso pelo século vão-se definindo as estruturas e os seus conceitos: as soberanias nacionais, as estruturas sociais baseadas nas duas classes que configuram o modo de produção, nas que sobrevivem das ordens anteriores – a aristocracia que se unifica com a burguesia nascente a partir das revoluções de 1848, o campesinato, a pequena burguesia tradicional – e ainda nas frações e grupos que são criados pelo novo modo de legitimação – os lugares contraditórios de classe, a nova pequena burguesia, os setores intermédios, as funções repressivas e ideológicas. É dessa primeira idade do capitalismo que resultam os três grandes sistemas ideológicos generalizados: o liberalismo, o socialismo, o conservadorismo.

A nítida distinção entre o modo de legitimação e o modo de produção é essencial durante todo este período. Na constelação legitimante, o pacto social constitutivo da modernidade – o poder imposto pela vitória das revoluções burguesas – supõe igualmente que o sujeito-povo se exprime política e socialmente no contexto do objeto-Estado, da sociedade política, e que portanto lhe é interdito invadir a outra esfera, reorganizar o seu próprio ambiente, a sociedade civil, e principalmente o seu lugar mais inacessível, a propriedade e o seu modo de produção. Esse tem sido o credo do conservadorismo e é o limite aceito pelo liberalismo. Não pode portanto surpreender que a impressão de festa, dos dez dias que abalaram o mundo, de crescimento eufórico das revoluções socialistas quando triunfantes, tenha sido erradamente atribuída a uma simples e efêmera libertação dos sentidos contra os autoritarismos passadistas: na realidade, tratou-se sempre da descoberta da permeabilidade das fronteiras da decisão política e da intervenção democrática, e principalmente do potencial da própria sociedade civil. Nesse sentido, e muitas vezes exclusivamente nesse sentido, o socialismo

foi o herdeiro do romantismo mais progressivo.

A segunda idade é a última metade do século XIX, o novo vocabulário do progresso e da transformação começa a esboçar-se nas grandes visões clássicas da modernidade, que são justamente as primeiras a tratar as suas contradições: Goethe, Marx, Flaubert, Baudelaire. O antagonismo é a face visível da transformação em curso, outros vão descrever o choque nas sociedades atrasadas que são de súbito centrifugadas para a órbita moderna: Puchkine, Gogol, Dostoievski. Este tempo vai-se desenhando desde as revoluções de 1848, e prolonga-se até à IIª Guerra Mundial. Veja-se todo este século de grandes descobertas e inovações: as ferrovias, os barcos a vapor, o telégrafo, o telefone, a eletricidade, o automóvel, o cinema, a rádio, a televisão, que reorganizam os transportes, os sistemas de comunicações, a produção. São grandes agregados de inovações radicais, na tecnologia e na sociedade, e também grandes acontecimentos políticos – a Comuna, as duas guerras, a revolução mexicana, o desenvolvimento de uma nova potência mundial e o ocaso do domínio britânico, a revolução de Outubro e o nazismo –, que marcam os movimentos econômicos de longo prazo que indicam o ritmo do tempo.

E a terceira grande etapa é o século XX, já não há um mesmo público mas antes a segmentação extrema, condição da massificação que leva correntes tão diversas – Weber, Ortega, Elliot, Marcuse – ao desespero da condenação da evolução moderna como geradora de conformismo e mediocridade, enquanto outros se deslumbram, os apologistas evidentemente, Marinetti, MacLuhan, Alvin Toffler e tantos outros – ambas as versões identificando a modernidade com a sua tecnologia e a modernização com um desenvolvimento que prometia, perversa ou justificadamente, a gloriosa invenção da felicidade permanente.

O que é então a modernização? A resposta está nesta mutação civilizacional que começou com a Revolução Industrial desencadeada no século XVIII, com a Revolução Americana e Francesa e a reorganização da sociedade, os movimentos que impulsionam a mutação. A modernização é essa energia prometaica que se expande no mundo e a modernidade é a sua cultura, que nasceu da vivência, da sensibilidade, da transformação de um mundo dilacerado pela aceleração, é esse remoinho que renova a ciência, que multiplica a experiência, integra as lutas sociais, os conflitos internacionais, o progresso da urbanização, as alterações do modo de vida, que transforma as mulheres e os homens em sujeitos mas também em objetos dessa mutação.

A novidade deste modo de experiência vital era evidente desde os primeiros dias – no romance de Rosseau, *La Nouvelle Heloise*, Saint-Preux escreve de Paris à sua prometida, contando as impressões da cidade que descobre: “Depois de alguns meses neste ambiente, começo a sentir a ebbriedade em que nos submerge esta agitada e tumultuosa vida. Toda esta multidão de objetos que passa à frente dos meus olhos me agonía. Entre todas as coisas que me surpreendem, não existe nenhuma que me chegue ao coração: no entanto, todas juntas perturbam o meu sentimento, fazem-me esquecer quem sou”. Essa multidão, esses objetos, essa agonía, essa perturbação, eis a modernidade.

Pela primeira vez, um modo civilizacional é predominantemente uma forma de comunicação que relaciona as experiências e as vidas de todos os seres humanos. Não se está a falar de outra coisa, é o processo de mundialização que só o capitalismo foi capaz de impulsionar e que dele faz a civilização das civilizações.

A REVALORIZAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MARXISMO

ENTREVISTA COM MICHAEL LÖWY

Michael, o impacto maior da queda do sistema burocrático dos países do Leste Europeu já passou? Como você avalia hoje, oito anos depois da queda do Muro de Berlim, a situação colocada para o pensamento socialista?

A formidável ofensiva ideológica das classes dominantes procurando identificar a decomposição do chamado socialismo real, desses sistemas burocráticos da Europa e da União Soviética com o fim do socialismo, do marxismo, da utopia, da história, está se esgotando e entrando em crise. Ela encontra o seu limite, antes de tudo, na própria realidade do capitalismo. São as contradições produzidas e reproduzidas em escala cada vez maior pelo capitalismo e pelo imperialismo que desmentem essa ideologia de que o mundo que caminha para o desenvolvimento e a solução dos seus problemas, que apresenta o progresso trazido pelo capitalismo como o único horizonte possível da humanidade. É a própria realidade do capital que contradiz essa mitologia da ideologia neoliberal. Nos últimos 50 anos, a pobreza no mundo foi multiplicada por três enquanto a riqueza foi multiplicada por seis; informações desse tipo mostram o caráter absurdo, inumano, intrinsecamente perverso do sistema capitalista. Isso, de uma maneira ou de outra, atualiza a crítica radical, a crítica marxista, a crítica revolucionária do capitalismo.

Nos últimos anos começamos a entrar numa conjuntura do ponto de vista social, político, cultural e intelectual no mundo inteiro. As forças da esquerda que obstinadamente identificaram durante todos esses anos o marxismo, o socialismo e o comunismo com o sistema burocrático soviético entraram numa crise muito profunda e estão tendo dificuldade para sair dela. Alguns, como a Refundação Comunista na Itália, estão conseguindo se situar, mas essa corrente como um todo está numa crise muito grave. Todavia observamos, na Europa e na América Latina, uma série de sinais que mostram que estamos saindo daquela conjuntura de derrota, desorientação e, em alguns lugares, de desintegração das forças de esquerda e do próprio pensamento marxista – isso sem ser demasiado otimista e achar que estamos numa conjuntura de ascenso de “lutas” ou de ofensiva ideológica da esquerda. Mas a onda de ditadura do pensamento único, ofensiva neoliberal que parecia arrasar com tudo no seu caminho, já está deixando de ser o único aspecto da situação tanto do ponto de vista político como intelectual.

Eu mencionaria alguns eventos que estão marcando o que talvez seja o início de uma mudança de conjuntura do ponto de vista histórico mundial. O primeiro é o levante zapatista de 1994. Depois de toda uma série de derrotas na América Latina, a mais espetacular sendo a dos sandinistas, esse evento teve um impacto enorme não só no México e na América Latina, mas em escala mundial. O levante zapatista e a maneira como eles levantaram a bandeira da luta da humanidade contra o neoliberalismo foi uma espécie de terremoto político e cultural internacional, que sensibilizou toda uma camada de gente de origens diversas – desde sindicalistas, ecologistas, feministas, marxistas de várias cores até anarquistas – a resis-

tirem ao neoliberalismo e retomarem a luta contra o capitalismo.

Outro acontecimento importante na América Latina foi o desenvolvimento, o fortalecimento e o impacto crescente do MST no Brasil. Depois do levante zapatista talvez seja o mais importante na América Latina, pelo seu impacto na sociedade brasileira. O MST é um movimento que vai muito além da problemática agrária, já que tem um impacto grande sobre a população urbana pobre e polarizou a vida política, a vida social, intelectual e também cultural no Brasil nos últimos anos. É um tipo de movimento que está mexendo com toda a vida social e política no Brasil e além do Brasil, na América Latina e mesmo na Europa. Ele é uma espécie de modelo, um paradigma novo de luta contra o neoliberalismo e contra o capital por seu espírito de combatividade, sua inspiração socialista, sua mística de luta.

Há ainda outros eventos que foram se sucedendo, talvez menos importante, mas que não deixam de ser sintomáticos: a vitória do Cárdenas na prefeitura da Cidade do México, o resultado eleitoral impressionante que a FMLN teve em El Salvador, o levante que derrubou o governo corrupto no Equador etc.

Uma série de acontecimentos também mostram uma certa revitalização do movimento social e das lutas contra o neoliberalismo na Europa. A greve na França do final de 1995 marca a virada no continente. Ela foi um momento importante, cuja importância que transcende as questões imediatas que estavam em jogo – a defesa do serviço público, o problema da previdência, as pensões de algumas categorias profissionais. Ela foi a primeira mobilização social massiva contra o neoliberalismo e por isso teve um apoio popular enorme na França, bem além do apoio que geralmente têm as greves por reivindicações específicas de uma categoria. Ela teve também o apoio de toda uma massa de intelectuais: o mundo intelectual na França se dividiu claramente em dois blocos, os neoliberais que de uma maneira mais envergonhada apoiavam o governo e os que se solidarizaram com a greve. Isso indicou uma abertura nova, ofereceu oxigênio para a esquerda e é o sinal de que já não existe mais o mesmo consenso em torno do neoliberalismo. Sem a mobilização social de 1995 não dá para se entender a vitória eleitoral da coalizão entre comunistas, socialistas e verdes na França em 1997.

Mas não dá para dizer, como certos amigos da esquerda fazem, que o neoliberalismo acabou. Estamos muito longe disso. O neoliberalismo é ainda dominante e contamina boa parte da esquerda. Isso vale para o novo Partido Trabalhista do Tony Blair, embora a vitória dele também seja sintoma duma insatisfação popular com o neoliberalismo, pelo menos na sua versão brutal que é a Thatcher e dos conservadores, mas temos que reconhecer que a esquerda inglesa ainda está bastante contaminado pela ideologia neoliberal. E isso vale também para a centro-esquerda italiana do PDS e para parte do Partido Socialista na França, embora um pouco menos. Estamos longe de uma ruptura com a dominação não só política e econômica mas também ideológica do neoliberalismo.

Mas o movimento social na França e em países me-

nores, como a Bélgica e a Itália e as vitórias da esquerda mostram a busca de uma alternativa pelo menos da parte da população que votou na esquerda. Essa presença de correntes mais a esquerda abre a possibilidade de que pelo menos se tomem algumas medidas mais progressistas, como a semana de 35 horas que está na ordem do dia na França e na Itália. Essa é uma das principais respostas do movimento dos trabalhadores ao neoliberalismo e à lógica do capitalismo, que na sua etapa atual expulsa a mão-de-obra do processo produtivo e cria desemprego massivo. Quanto mais uma empresa elimina força de trabalho e demite operários, tanto mais as suas ações sobem na bolsa. A redução da jornada de trabalho de maneira que todos trabalhem menos mas que haja trabalho para todos, é uma questão vital, que coloca em evidência a velha contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. O desenvolvimento das forças produtivas, hoje em dia, já permitiria que a semana de trabalho fosse não só de 35 mas de 25 horas e que todo mundo trabalhasse. É o sistema capitalista que transforma todo progresso tecnológico em uma catástrofe social, como já dizia Marx em *O Capital*. A campanha pelas 35 horas e depois pelas 32 horas é fundamental na Europa e aí o movimento social vai jogar seu futuro.

A mudança de conjuntura também é visível no campo intelectual. No campo do pensamento ela toma, entre outras, a forma de uma crítica crescente ao pensamento único e à ditadura da ideologia neoliberal. É uma crítica que vem de vários horizontes religiosos, de cientistas sociais, de economistas, de pensadores e filósofos, de escritores, há enfim um espírito crítico crescente na denúncia dos absurdos e das barbáries provocadas pelo capitalismo e pelo neoliberalismo, pelo horror econômico – para utilizar o nome do livro de Viviane Forrester que teve um sucesso enorme na França e na América Latina – gerado pelo capitalismo.

Outra expressão dessa revitalização do espírito crítico é o que vem sendo chamado “a volta de Marx”. Isso se manifesta, em um nível mais superficial, na constatação pelos meios de comunicação de uma certa “moda Marx”. Obviamente não é isso que importa. O essencial é que efetivamente há uma revitalização do interesse por Marx, que se traduz na publicação de uma série de livros sobre ele na França e em outros países. Inclusive de autores bastante imprevisíveis, como por exemplo, em 1994, *Espectros de Marx* (publicado no Brasil pela editora Relume Dumará), de Jacques Derrida. Ele não é marxista nem nunca foi. Mas seu livro diz claramente que sem Marx não dá para entender o mundo atual e que é a partir de Marx é que podemos organizar uma resistência contra o neoliberalismo. A publicação desse livro foi um ato político importante. Filosoficamente, não acho um livro interessante, não contribui em nada para o conhecimento de Marx. Mas politicamente foi um ato corajoso, positivo. O fato do livro ser dedicado a memória de Chris Hani, um militante comunista assassinado na África do Sul, já indica o espírito do livro, do ponto de vista político.

Depois desse, vieram muitos outros livros. Houve também o Congresso Marx em Paris, um evento com a participação de milhares de pessoas, coisa que nunca tinha se visto em congressos desse tipo. Eu participei de vários encontros organizados pela revista *Actuel Marx* e nunca vi mais de 100 pessoas. Mas depois tivemos reuniões com mais de mil participantes. Observam tendências semelhantes em outros países: o fato de existirem quatro ou

cinco revistas declaradamente marxistas no Brasil, que começaram a surgir do nada, como cogumelos depois da chuva, é indicativo, no campo intelectual, desse novo estado de espírito em relação a Marx e o marxismo.

Mas esse reavivar do marxismo dá origem a expressões intelectuais bastante distintas. Nos países anglosaxões, principalmente os Estados Unidos, vemos o desenvolvimento de uma corrente bastante científica, influenciada pela filosofia analítica, o chamado marxismo analítico ou individualismo metodológico. Já na produção atual na França temos livros como Marx pensador do possível, as análises de Henri Maler sobre a utopia em Marx, o livro do Daniel Bensaid (Marx, o intempestivo) e suas próprias reflexões sobre o romantismo revolucionário, que conformam um outro tipo de interpretação muito diferente do marxismo. Como você vê as distintas tendências de reinterpretação da obra de Marx hoje?

Essas duas vertentes correspondem a duas etapas distintas. O marxismo analítico corresponde a etapa anterior, que começa já nos anos 80, expressando um recuo do pensamento marxista e de intelectuais marxistas em relação ao pensamento neoliberal com sua visão individualista e sua ideologia do contrato. Para mim, o chamado marxismo analítico é uma mistura mal sucedida entre marxismo e liberalismo, é a expressão mais perfeita da penetração do cientificismo, do individualismo metodológico, da ideologia contratualista, das idéias de mercado como horizonte insuperável da economia, enfim, das idéias típicas da visão do mundo liberal dentro do marxismo. Não tenho dúvidas de que o marxismo analítico é a expressão dessa capitulação ideológica face a enorme ofensiva cultural e intelectual do neoliberalismo.

Outra forma de expressão dessa crise do pensamento de esquerda que vem dos anos 80 e segue no começo dos anos 90, foi o pós-modernismo. Não com o mesmo sentido que o marxismo analítico, mas no sentido de acompanhar as idéias do fim das utopias, das revoluções, das grandes narrativas, de qualquer visão de conjunto do que é o sistema e da luta contra ele. Mas o pós-modernismo expressava uma idéia importante de certas correntes de esquerda bastante desorientadas, que constatava uma realidade de fragmentação das lutas. Isso é muito evidente particularmente nos Estados Unidos onde, na ausência de um movimento operário forte que pudesse ser o eixo central das lutas sociais, observa-se uma fragmentação enorme entre a luta dos negros, dos homossexuais, das mulheres, de alguns sindicais, dos indígenas. Dentro desse quadro, o pensamento pós-moderno passou a celebrar a fragmentação, insistindo que as lutas de resistência ao sistema só podem se dar dessa forma fragmentária e que qualquer tentativa de unificação é uma volta ao passado, que se tinha que manter essa autonomia total e essa dispersão dos movimentos. Isso na variante de esquerda do pós-modernismo, porque outras variantes tinham um caráter muito mais conformista.

Creio que isso ainda existe, sobretudo nos Estados Unidos e nos países anglosaxões, mas o fato de que Jacques Derrida, que foi o grande teórico do pensamento pós-moderno, sobretudo o norte-americano, lançar *Espectros de Marx*, que reafirma a necessidade e a importância do pensamento de Marx, é obviamente indicador de uma crise dessa visão pós-moderna. Ele abre a possibilidade de que pelo menos uma parte desses intelectuais fascinados

pela ideologia pós-moderna se coloquem algumas perguntas e passem a reconsiderar a questão de Marx em outros termos.

O que vemos desde 1994 com a aparição de livros, revistas e uma série de reflexões sobre Marx é uma coisa muito diferente do marxismo analítico e do pós-modernismo, é realmente uma volta a Marx: já toma um caráter de redescoberta de Marx, de sua releitura. Volta a Marx não para, de maneira dogmática, celebrar seu pensamento, mas para reler criticamente Marx, reler Marx numa chave anti-determinista, que insiste sobre uma visão da história como processo aberto, com bifurcações e encruzilhadas.

Essa leitura é feita em particular por algumas obras importantes que apareceram na França. Inicialmente, os livros do Henri Maler sobre a da utopia em Marx, que correspondem a duas partes de sua tese de doutorado, *Cobiçar o impossível: a utopia com Marx*, apesar de Marx (*Convoiter l'impossible: l'utopie avec Marx, malgré Marx*. Paris: Albin Michel, 1995) e *Despedir-se da utopia? A utopia segundo Marx* (*Congedier l'utopie? Le utopie selon Marx*. Paris: L'Harmattan, 1995). Depois, mais decisivo ainda foi o livro do Daniel Bensaid, *Marx, o intempestivo* (*Marx, l'intempestif*. Paris: Fayard, 1995).

São obras exemplares de uma problemática mais geral, a releitura de Marx fora do materialismo histórico dos manuais ortodoxos, estalinistas ou não, uma leitura bastante heterodoxa, herética e crítica de elementos deterministas ou produtivistas que estão presentes em Marx. Mas são obras que mostram que existe em Marx outra visão dialética, uma visão aberta da história, uma visão da revolução e do socialismo como possibilidade e não como inevitabilidade. É uma visão que se inspira frequentemente, como é o caso do Bensaid, na leitura de Marx por Walter Benjamin. Esse tipo de colocação está abrindo o caminho para uma redescoberta de Marx em novos termos novos.

Além desses livros sobre Marx, há um outro muito importante, que não se refere diretamente a Marx, mas discute os limites estruturais da reflexão marxista sobre um dos eventos mais significativos para compreendermos a natureza do capitalismo do século XX, que foi a II Guerra Mundial, o genocídio, os campos de concentração... O pensamento marxista clássico tem uma certa dificuldade de dar conta desses acontecimentos, que não podem ser analisados em termos unicamente econômicos, ou economicistas. Há aí uma espécie de enigma, um desafio que exige uma reflexão crítica sobre os fundamentos da modernidade e da racionalidade instrumental. Esse é um dos grandes interrogantes da história do século XX, que o marxismo tem dificuldade de enfrentar. O livro de Enzo Traverso, *A história rasgada*. Ensaio sobre Auschwitz e os intelectuais (*L'Histoire déchirée. Essai sur Auschwitz et les intellectuels*. Paris: Editions du Cerf, 1997), é uma análise crítica de como vários pensadores marxistas, mas não só, tentaram analisar essa ruptura de civilização que foi o holocausto. É uma contribuição muito importante para entendermos como o marxismo lidou com as contradições da modernidade e o significado dessa ruptura de civilização para uma visão crítica do que é a modernidade capitalista e o tipo de racionalidade que ela promove.

Uma coisa que me preocupa um pouco é a idéia, que aparece em algumas dessas publicações, que a história do marxismo teria sido uma catástrofe e que agora devemos fechar esse parêntese e voltar a Marx. Um exemplo disso são os dois números que saíram da revista *Futuribles*, que

é uma ótima revista, publicada por uma equipe de intelectuais marxistas brilhantes (entre os quais Jean-Marie Vincent e Toni Negri), que se apresentou com o título *Marx depois do marxismo*. Isso é compreensível, considerando a quantidade de crimes e de absurdos cometidos em nome do marxismo. Mas é anti-histórico querer voltar a Marx passando por cima das contribuições que compõem a história do marxismo, ignorando o que foi toda a riqueza política, filosófica, cultural e intelectual do marxismo no século XX. Ele não foi só Kautsky, Stalin ou Brechnev. Tivemos Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, José Carlos Mariátegui, a Escola de Frankfurt, Walter Benjamin, Ernst Bloch. Se queremos entender fenômenos como o imperialismo, o facismo, a Segunda Guerra Mundial, as catástrofes da modernidade, não vamos encontrar a resposta em Marx. É uma ilusão essa idéia da volta pura e simples a Marx, como se ali fôssemos encontrar a resposta aos problemas atuais.

A volta a Marx é salutar, defendemos reler Marx com um novo olhar, mas também é importante resgatar todas as riquezas e contribuições do marxismo no século XX. A questão que está colocada no marxismo hoje em dia, no final do século XX, não é só essa releitura dos clássicos do marxismo, mas reformular e repensar os problemas atuais da luta contra o capitalismo e da perspectiva socialista.

A releitura de Marx e o desenvolvimento do pensamento crítico socialista hoje se faz no diálogo com as lutas, com problemáticas que vão se apresentando na crítica prática ao capitalismo e com a formulação de alternativas. O que você destaca como fontes de novas problemáticas, ampliação de horizontes e novas possibilidades emancipatórias?

O principal vetor para uma renovação do pensamento marxista, crítico, revolucionário é responder aos desafios novos colocados pelos movimentos sociais. Desses movimentos sociais, vou mencionar só alguns, embora existam muitos outros.

Em primeiro lugar, temos o movimento de libertação das mulheres. Apesar desta questão não estar totalmente ausente da tradição marxista ou socialista, ela sempre aparecia subordinada, marginada, chamada de contradição secundária. Graças ao movimento de mulheres e à crítica que ele fez dos limites das colocações do marxismo tradicional, foi possível enriquecer o marxismo e o socialismo com uma perspectiva feminista, colocando a questão da libertação da mulher como item fundamental do programa emancipador do socialismo. Esse é um exemplo paradigmático de como o socialismo ou marxismo tem que se corrigir, tem que superar suas limitações e pode se enriquecer graças ao movimento social.

Outro evento na América Latina ao qual tenho dado bastante atenção e que me parece muito interessante é o impacto do movimento social religioso que chamo cristianismo da libertação, a teologia da libertação. Ele teve um impacto enorme na vida social e política da América Latina nos últimos trinta anos e coloca uma série de desafios para a análise marxista do fato religioso. Coloca, além disso, uma série de interrogantes sobre o papel de fatores éticos e espirituais no movimento revolucionário, bem como a crítica a uma certa visão burguesa e linear do progresso. Creio que vale a pena o marxismo tomar em consideração e se inspirar nas idéias que estão sendo levantadas por esse movimento social na América Latina.

Ainda na América Latina, mas valendo também para a

América do Norte, temos a questão da luta contra o racismo. É uma mobilização anti-racista, mas também pela afirmação da dignidade, da identidade ética e cultural das populações negras, que também coloca um importante desafio para o marxismo um pouco economicista que só vê o negro enquanto operário ou pobre, e não enquanto uma comunidade que é oprimida enquanto negros, enfim, que sofre uma discriminação específica, étnica, cultural e social.

Essa questão do racismo e do anti-racismo é um desafio muito importante também na Europa, porque não dá hoje para se pensar numa política de esquerda no continente sem se incorporar essa dimensão da luta contra o racismo, que em boa medida se identifica também com a luta contra o fascismo. Vemos o desenvolvimento espetacular de movimentos neo-fascistas na Europa que exploram o racismo como seu capital de comércio e sua bandeira, obtendo um sucesso crescente. Hoje em dia, está cada vez mais se colocando na Europa a questão da luta contra o racismo e o fascismo como um dos eixos principais da luta da mobilização para uma alternativa socialista. Eu vejo na luta contra o racismo uma problemática comum entre a América Latina, Estados Unidos e a Europa.

O quarto movimento fundamental é, na minha opinião, o ecológico. Ele coloca uma série de questões filosóficas importantes sobre o que é progresso, empreendendo uma crítica da visão "progressista" da história dominante em boa parte da esquerda, uma visão baseada no culto do desenvolvimento das forças produtivas e em uma ideologia produtivista, na qual a dominação sobre a natureza é condição essencial para o progresso da humanidade. Tudo isso é questionado pelo movimento e pelas problemáticas ecologistas, exigindo da parte dos marxistas uma revisão bastante profunda de certas colocações. Inclusive do próprio Marx, que não problematizava o desenvolvimento das forças produtivas: o único problema

é remover o obstáculo que são as relações capitalistas de produção como se não fosse necessário revolucionar exatamente a própria estrutura das forças produtivas, como se o sistema técnico-industrial de produção, tal como existe no capitalismo, não tivesse também necessidade de sofrer uma transformação radical.

As pesquisas científicas dos ecologistas mostram que o tipo de desenvolvimento econômico e de destruição do meio ambiente que o capitalismo vem produzindo em escala mundial levará, dentro de um certo período relativamente curto de tempo (que pode ser 20, 30 ou 40 anos segundo as hipóteses), a uma situação de catástrofe ecológica na qual a própria sobrevivência da espécie humana nesse planeta estará em perigo. Ernest Mandel dizia, com razão, numa de suas últimas conferências que a alternativa que se está se colocando hoje em dia para a humanidade talvez não seja mais socialismo ou barbárie, mas socialismo ou morte. O perigo da catástrofe ecológica é uma ameaça direta à própria sobrevivência da espécie humana. Isso dá uma importância decisiva ao programa ecológico como eixo no combate ao capitalismo. Daí a necessidade dos marxistas se libertarem de toda carga produtivista, de toda visão linear do progresso como desenvolvimento das forças produtivas e incorporar a dimensão ecológica. Ao mesmo tempo, é fundamental que o movimento ecológico se dê conta de que a destruição do meio ambiente é algo intrínseco ao próprio funcionamento do sistema capitalista e que um capitalismo "limpo" é pura ilusão, que um capitalismo ecológico é uma mistificação. É necessário, assim, por parte dos ecologistas, entenderem a dimensão anti-capitalista do seu combate e, da parte dos marxistas, compreenderem a dimensão ecológica da luta contra o capitalismo. A convergência dos dois e a formação de um pensamento socialista ecológico é um dos grandes desafios para a renovação do marxismo e do movimento revolucionário no século XXI.